

A agricultura brasileira como promotora de desenvolvimento sustentável, crescimento inclusivo, objetivando os desafios do milênio.

Guilherme Silva Fracarolli

Resumo

A OCDE é uma organização internacional preocupada com o desenvolvimento econômico através da adoção de políticas capazes de promover o bem-estar social no mundo. Dentro do tema proposto para o fórum de 2015, este trabalho se propõe a discutir o histórico, os rumos do desenvolvimento rural brasileiro e, como promotor de desenvolvimento econômico, geração de renda e bem-estar social, seus avanços e suas deficiências. Também, como país em desenvolvimento, o Brasil pode se tornar referência em modelos desenvolvimentistas, colaborando para que os objetivos do milênio sejam atingidos, entendendo como direcionamento acertado para o mundo.

1. Introdução

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional de países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado e tem como missão promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social de pessoas ao redor do mundo (OECD, 2015). Tendo então um olhar às questões que afetam a vida de todos no dia-a-dia, o trabalho que desenvolve é baseado em fatos e experiências reais, recomendando políticas que melhorem a qualidade de vida no mundo e seus resultados são de grande importância para a comunidade mundial interessada em um mundo mais justo e desenvolvido.

Ressaltam-se os pontos focais de atuação da organização na atualidade voltados para restaurar a confiança nos mercados e nas instituições que os fazem funcionar; restabelecer finanças públicas sãs como base para o futuro crescimento econômico sustentável; promover e apoiar novas fontes de crescimento através da inovação, estratégias ambientalmente amigáveis

de "crescimento verde" e do desenvolvimento de economias emergentes e; assegurar que pessoas de todas as idades possam desenvolver as habilidades necessárias para trabalhar de forma produtiva e satisfatória nos empregos de amanhã (OECD, 2015). Estas áreas de atuação são de suma importância para o desenvolvimento global sustentável e abrangem um grande espaço para discutir formas de inclusão e caminhos a serem percorridos, entre eles o desenvolvimento regional, sobretudo em países em desenvolvimento.

O Brasil, atipicamente, dentro de sua administração direta, possui 3 ministérios responsáveis pela promoção do setor rural brasileiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cuja missão é “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira” (MAPA, 2015a), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja missão é “promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país” (MDA, 2015a) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), cuja missão não está disponível em ambiente oficial, mas, a contar pelo nome, trata dos assuntos correspondentes a tal.

Esta separação em 3 ministérios comandados por ministros de partidos diferentes (PMDB e PT) evidencia vieses ideológicos distintos, principalmente entre MAPA e MDA, rivalizando recursos e públicos, quando deveriam se somar. Enquanto o primeiro tem foco na agricultura de grande porte, produção em larga escala e exportação, caracterizada como destinada ao agronegócio, o segundo prioriza a agricultura familiar, de subsistência e responsável pela fixação do homem no campo e tradicionalmente caracterizado pela disputa de terras no país.

Entretanto, há uma maior relação entre as políticas e missão do MDA e os objetivos do milênio do que as políticas e missão do MAPA. Sendo assim, este é o aspecto a ser abordado no decorrer deste texto.

Diante deste fato e da relação que há entre o desenvolvimento econômico e as oportunidades de trabalho, a geração de renda e o meio rural, este trabalho propõe discutir, mas

sem a presunção de esgotar o assunto, contudo inserir o desenvolvimento rural como promotor de desenvolvimento econômico na agenda da organização.

2. Agricultura no Mundo

A agricultura no mundo hoje é bastante diversificada e desigual. É verdade que, para que sejam analisadas, as condições edafo-climáticas devem ser ponderadas. Regiões tropicais possuem aptidões agrícolas diferentes de regiões de clima temperado, as condições de solos no mundo, alguns mais ácidos e outros mais alcalinos, condições de uso e até mesmo a fauna local são capazes de influenciar o que é produzido, assim como a consequente diversificação. Entretanto, a disponibilidade e acesso à crédito e tecnologia são determinantes para o sucesso da agricultura local e desenvolvimento econômico e social de cada nação.

Segundo Mazoyer & Roudart (2010), durante a segunda metade do século XX a revolução agrícola contemporânea progrediu muito nos países desenvolvidos, principalmente devido a políticas de apoio ao desenvolvimento agrícola, assim como preços agrícolas reais, ainda que apenas cerca de 10% dos grandes estabelecimentos conseguiram superar todas as fases dessa revolução. No caso dos países em desenvolvimento os mesmos autores afirmam que houve progressão em alguns setores agrícolas, ainda que a maioria dos camponeses não tenham tido acesso à motorização-mecanização e, em alguns destes países, grandes empresários do setor, que detinham grandes áreas para produção, utilizavam-se de trabalhadores mal pagos, inflação e baixos preços internacionais, assim como créditos vantajosos, estes comparados aos de países desenvolvidos, mas com o custo de mão-de-obra menor.

Este cenário exemplifica e caracteriza a brutal diferença entre as agriculturas praticadas no mundo e como conduziram até a situação atual.

3. Agricultura no Brasil.

A agricultura no Brasil segue o padrão apresentado pelos países em desenvolvimento com uma forte concentração de terras no país. O país é essencialmente urbano, com 84,4% da população vivendo em cidades, aumentando essa proporção e diminuindo, em valores absolutos, a população rural com o passar dos anos (IBGE, 2010). De acordo com o último censo agropecuário realizado no país, em 2006, 84,0% dos estabelecimentos agropecuários no país são de agricultores familiares, ocupando 74,0% da mão de obra no campo, entretanto, ocupa apenas

24% da área cultivada (DEL GROSSI apud DIEESE; NEAD; MDA, 2011). Já a agricultura não-familiar, conseqüentemente, ocupa o inverso, demonstrando uma alta concentração de terras.

O mesmo censo agropecuário mostra que as principais culturas agrícolas em lavoura permanente no país são café, laranja, castanha de caju, cacau e amêndoa, e as principais culturas de lavoura temporária são soja, milho e cana de açúcar. O fato do Brasil produzir majoritariamente estas culturas mostra que o país está direcionado à produção de commodities, principalmente oriundas de grandes propriedades, bem caracterizado pela estrutura fundiária.

4. Objetivos do Milênio.

Os “Objetivos do Milênio” foram estabelecidos, no ano 2000, em um ato afirmativo de 189 nações que assinaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros tantos aspectos negativos da sociedade, a fim de estabelecer uma agenda de longo prazo para promover um futuro melhor para a sociedade, publicados na Declaração do Milênio (2000), das Nações Unidas. Esta ação se concretizou nos “8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), como metas a serem alcançadas até final de 2015.

Dentre os objetivos estabelecidos, para fins de desenvolvimento relacionados a este trabalho, destacam-se os seguintes.

a. Erradicar a pobreza extrema e a fome.

Pessoas em situação de extrema pobreza são aquelas que sobrevivem com até US\$ 1,00 por dia em paridade do poder de compra (PPC). Para tal garantir o atingimento do objetivo, foram estabelecidas metas como erradicar a fome, entre outras (UNDP, 2015).

b. Garantir a Sustentabilidade Ambiental.

Milhões de hectares de florestas são perdidos todos os anos, ameaçando o importante ativo que é o meio ambiente. Enquanto isso, emissões de gases com efeito de estufa em todo o mundo continuam em tendência ascendente. Para garantir o atingimento deste objetivo, foram estabelecidas metas como integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, revertendo a perda dos recursos ambientais (PNUDa, 2015).

c. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

A formação de uma parceria global para o desenvolvimento é o compromisso estabelecido no oitavo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, voltado principalmente aos países com maior grau de desenvolvimento, históricos doadores no campo da cooperação internacional (PNUDb, 2015). Nesse sentido, foram estabelecidas metas como atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos e, em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias (PNUDb, 2015).

5. Inserção das políticas brasileiras nos objetivos do milênio.

O Brasil, como país signatário e, sobretudo, como país em desenvolvimento, se envolveu nos objetivos do milênio. Para que as metas correspondentes aos oito objetivos pudessem ser buscadas e atingidas era necessário que fosse firmado um compromisso do governo brasileiro nesta direção, independentemente da orientação político-partidária no principal posto do executivo nacional. Portanto, colaboraram com o desenvolvimento de políticas desenvolvimentistas para tal, os presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, entretanto, este trabalho não tem a pretensão de aferir a significância de cada um deles para o processo, acreditando que cada um teve sua parcela de colaboração.

Dentro do escopo deste trabalho, destacam-se as políticas públicas promotoras de desenvolvimento no meio rural. Entre estas, as mais significantes para tal foram as políticas de acesso à terra e de financiamento agrícola.

As políticas públicas de acesso à terra podem ser divididos essencialmente de três formas, a reforma agrária promovida pela União, o programa Banco da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), além de eventuais programas de reforma agrária promovidos por alguns Estados.

Os programas estaduais de reforma agrária não fazem parte do objeto deste estudo, uma vez que objetiva investigar a parcela de responsabilidade da União sobre o caso.

Os programas “Banco da Terra” e PNCF são programas de acesso à terra, promovidos pelo Governo Federal através da aquisição e financiamento de áreas em comum, acordo entre

proprietários interessados em vender e grupos de agricultores interessados em comprar, através da mediação da União na aquisição dessas terras e promoção do financiamento das mesmas à estes grupos.

O programa de reforma agrária promovido no país é maior e mais antigo. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) feito para a promoção desta atividade data de 1970, no Decreto nº 1.110 (BRASIL, 09 de julho de 1970) e o faz desde então, tendo assentado 956.543 famílias, em 9.128 assentamentos correspondente a uma área de 88.101.001 ha (INCRA, 2015).

De forma complementar, existe a política de crédito do MDA. Esta é o carro-chefe do órgão, destinando, no ano agrícola 2014-2015, 24,1 bilhões de reais à agricultura familiar, operacionalizando em 5.454 municípios (98% dos municípios do país), em juros que variam de 0,5 a 4,0% ao ano, portanto, juros reais negativos (MDA, 2014), voltados exclusivamente para agricultores familiares.

Já no MAPA, o programa de financiamento agrícola dispõe de 156,1 bilhões de reais, em taxas de juros que variam de 4,5 a 8%, estimando uma produção de 200 milhões de toneladas de grãos (MAPA, 2015b). Entretanto, as linhas diferem-se quanto ao seu público.

Há portanto, neste cenário, um claro indicativo de que rumo a agropecuária brasileira vem tomando. É claro que para a erradicação da fome devem haver incentivos à produção de alimentos e, de certa forma, as últimas décadas têm contribuído com isso. Políticas de acesso à terra e financiamentos agrícolas, quando bem executadas, tendem a geração de emprego e renda no campo, reduzindo a miséria e fome.

Entretanto, a garantia de sustentabilidade ambiental não está atrelada e condicionada às políticas de crédito, dificultando o atingimento das metas ligadas ao desenvolvimento ambiental e garantia da sustentabilidade nos ambientes não urbanos.

Quanto ao último objetivo abordado, é possível observar tímidas iniciativas de parceria entre nações no que tange o campo brasileiro para que possa colaborar com a garantia dos objetivos do milênio.

De acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento (2014), o Brasil tem apresentado resultados positivos no cumprimento das metas propostas pelos ODM.

6. Desafios e Avanços

Inegavelmente o Brasil tem muito a colaborar com desenvolvimento mundial, uma vez que obteve bons resultados e também tem muitos desafios a serem enfrentados, principalmente diante de um cenário econômico nacional desfavorável. Onde estariam então os principais gargalos?

Nas últimas décadas houve uma clara redução da miséria, muito em razão do plano econômico criador da atual moeda brasileira, o Real, e à programas de transferência de renda, conseqüentemente colaborando com a elevação do padrão de vida do cidadão, indo ao encontro dos objetivos propostos e, sobretudo, introduziu capital circulante no ambiente onde os beneficiados viviam, dinamizando a economia local e, conseqüentemente, promovendo desenvolvimento.

O aspecto negativo desta importante política social foi que, apesar do Estado apresentar uma porta de saída da miséria, não foi capaz de apresentar uma porta de saída desta segunda situação, que apesar de saírem desta condição, permaneceram ainda muito pobres.

Sob o espectro do desenvolvimento rural, as políticas abordadas foram de suma importância. Além destas, foram criadas políticas de incentivo à comercialização como compras institucionais, mas ainda é muito pouco para superar o abismo da desigualdade rural, dificuldade de acesso à tecnologia e geração de renda, para que seja suficiente para manutenção do homem no campo e promoção de desenvolvimento em larga escala.

7. Propostas e conclusão

Muito ainda há muito por fazer para um desenvolvimento rural capaz de dinamizar a sociedade de forma mais ampla através, como não poderia deixar de ser, da redução da desigualdade no campo através de uma reforma agrária eficiente e voltada para minimizar a disparidade de áreas produtivas e ampliar a produção e eficiência da produção, além da promoção da tecnologia no campo.

Sendo assim, apesar dos direcionamentos assertivos em direção aos objetivos do milênio, o crescimento não foi sustentável, haja vista a presente crise econômica e institucional configurada hoje no país.

Portanto, apesar do bom desempenho econômico do setor, garantidor do superávit primário nacional, este é desigual no campo, tornando-se insustentável, ratificado pelo alto lucro

de um pequeno setor detentor de grandes áreas e o baixo desempenho de pequenos produtores concentrados na subsistência.

Sobretudo, é necessário para a evolução da agropecuária brasileira e consequente desenvolvimento inclusivo, produtivo e sustentável do mesmo, um entendimento e posicionamento estatal único sobre os rumos do setor, dificultado pelo domínio de diferentes partidos afrente de dos órgãos responsáveis pelo campo. Do contrário, sem tomada de decisão precisa, com divisões internas, com disputa de espaço, o crescimento torna-se impossível.

Diante desse cenário, a unificação das instituições tende a ser mais assertiva, tomando como modelo praticado na maioria dos países fortalecendo o entendimento sobre o destino do setor e direcionando ao desenvolvimento rural sustentável do país.

Para garantir o desenvolvimento sustentável do setor, é necessário haver um crescimento inclusivo, a fim de que o campo se torne atrativo, rentável para todos e garantidor de amplo acesso à terras, tecnologia, crédito, condicionado à capacidade produtiva. Somente dessa forma, o Estado será capaz de equacionar os desafios e ser capaz de atingir as metas de novos objetivos para os próximos anos.

No mês de junho de 2015, durante o evento da OECD, o Brasil estreitou as relações com esta, assinando um acordo de cooperação, abrindo caminho para alterar sua condição de parceiro-chave para membro efetivo da organização com expectativas no médio prazo. Assim, espera-se que o país cada vez mais adote os princípios democráticos e de livre comércio da instituição, orientando o desenvolvimento do país para uma sociedade mais justa e economicamente forte, tendo como possível carreador, a sustentabilidade no campo promovida pela pujante agricultura que pode conduzir a um melhor destino se convergir entendimentos nesta área, sobretudo alterando seu produto final, agregando-lhe valor.

Referências

BRASIL. Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1 – 10 de julho de 1970, Página 5113.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE; NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL – NEAD; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA. 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO**. Rio de Janeiro/RJ - Brasil, 2011.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acessado em: 04 maio 2015.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de: Histoire des agriculteurs du monde: du néolithique à la crise contemporaine [traduzido por Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira] – São Paulo: Editora UNESP. Brasília/DF: NEAD. 2010. 568p.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPAa. Missão. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/ministerio/missao>>. Acessado em 04 maio 2015.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPAb. Plano Agrícola e Pecuário. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pap>>. Acessado em 04 maio 2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDAA. Missão. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/miss%C3%A3o-vis%C3%A3o-e-valores>>. Acessado em: 04 maio 2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDAb. Alimentos para o Brasil - Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/cartilha_0.pdf>.

Acessado em : 04 maio 2015.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: **Relatório Nacional de Acompanhamento** /
Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e
Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. -
Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014. 208 p. : il., gráfs., mapas color.

Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD. About OECD. Our
mission: Organisation for Economic Co-Operation and Development. Disponível em:
<<http://www.oecd.org/about/>>. Visitado em 2015 abril 2015.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUDa. Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/ODM7.aspx>>. Acessado em: 03 maio 2015

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUDb. Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/ODM8.aspx>>. Acessado em: 03 maio 2015

United Nations Development Programme - UNDP. Disponível em:
<http://www.undp.org/content/undp/en/home/mdgoverview/mdg_goals/mdg1/>. Acessado em:
03 maio 2015.